Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 6228/2006 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações de 11 de Janeiro de 2006:

Miguel Rocha dos Reis Borges — exonerado, a seu pedido, da função pública e consequentemente da situação de requisição na ANA, S. A., ao abrigo do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

2 de Março de 2006. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

Despacho (extracto) n.º 6229/2006 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Março de 2006:

Ana Isabel Maria Coucêlo de Azevedo Santana, técnica profissional especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — nomeada, precedendo concurso, técnica profissional especialista principal do mesmo quadro, ficando posicionada no escalão 5, índice 360. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2006. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, I. P.

Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas

Aviso n.º 3375/2006 (2.ª série). — Para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, publicam-se os valores dos índices de custos de mão-de-obra (quadro I), de materiais (quadro II) e de equipamentos de apoio (quadro III), relativos aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2005, fixados por despacho de 3 de Março de 2006 do Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações:

QUADRO I

Índices de custos de mão-de-obra (continente)

Base 100: Janeiro de 2004

Índices		Outubro 2005	Novembro 2005	Dezembro 2005
Global		107,8	107,8	107,8
Código	por fórmula tipo (*)			
F01	Edifícios de habitação.....	107,8	107,8	107,8
F02	Edifícios administrativos.....	107,7	107,7	107,7
F03	Edifícios escolares.....	107,6	107,6	107,6
F04	Edifícios para o sector da saúde.....	107,7	107,7	107,7
F05	Reabilitação ligeira de edifícios.....	106,7	106,7	106,7
F06	Reabilitação média de edifícios.....	106,9	106,9	106,9
F07	Reabilitação profunda de edifícios.....	107,1	107,1	107,1
F08	Campos de jogos com balneários.....	107,5	107,5	107,5
F09	Arranjos exteriores.....	107,6	107,6	107,6
F10	Estradas.....	107,4	107,4	107,4
F11	Túneis.....	107,2	107,2	107,2
F12	Pontes de betão armado ou pré-esforçado.....	106,7	106,7	106,7
F13	Viadutos de betão armado ou pré-esforçado.....	106,8	106,8	106,8
F14	Passagens desníveis de betão armado ou pré-esforçado.....	106,8	106,8	106,8
F15	Grandes reparações de estradas.....	107,1	107,1	107,1
F16	Conservação de estradas.....	107,7	107,7	107,7
F17	Pavimentação de estradas.....	106,9	106,9	106,9
F18	Estruturas de betão armado.....	107,6	107,6	107,6
F19	Estruturas metálicas.....	106,6	106,6	106,6
F20	Instalações eléctricas.....	108,3	108,3	108,3
F21	Redes de abastecimento de água e de águas residuais.....	107,1	107,1	107,1
F22	Barragens de terra.....	107,2	107,2	107,2
F23	Redes de rega e drenagem.....	106,3	106,3	106,3
Código	por profissão			
P01	Pedreiro.....	108,8	108,8	108,8
P02	Armador de ferro.....	103,9	103,9	103,9
P03	Capinteiro.....	107,8	107,8	107,8
P04	Espalhador de betuminosos.....	103,2	103,2	103,2
P05	Ladrilhador / azulejador.....	108,0	108,0	108,0
P06	Estucador.....	106,5	106,5	106,5
P07	Canalizador.....	104,6	104,6	104,6
P08	Electricista.....	108,4	108,4	108,4
P09	Pintor.....	106,1	106,1	106,1
P10	Serralheiro.....	105,6	105,6	105,6
P11	Motorista.....	107,5	107,5	107,5
P12	Condutor de máquinas.....	107,6	107,6	107,6
P13	Servente.....	108,0	108,0	108,0

Os índices ponderados de custos de mão-de-obra estão afectados de todos os encargos emergentes das disposições em vigor no período a que respeitam, pelo que compreendem: segurança social, seguro, caixa nacional de seguros de doenças profissionais, medicina no trabalho, férias, subsídio de férias, feriados, tolerância de ponto, faltas remuneradas, cessação e caducidade do contrato (indenização por cessação do contrato individual de trabalho e compensação por caducidade do contrato a termo certo e a prazo), inactividade devida ao mau tempo, subsídio de Natal e formação profissional.

(*) As fórmulas tipo F01 a F14 são as que constam do Despacho n.º 1592/2004 (2.ª série), de 8 de Janeiro, considerando a Rectificação n.º 383/2004 (2.ª série), de 25 de Fevereiro; as fórmulas tipo F15 a F23 constam do Despacho n.º 22 637/2004 (2.ª série), de 12 de Outubro

QUADRO II

Índices de custos de materiais

M01 a M41 — Base 100: Dezembro de 1991
M42 a M51 — Base 100: Janeiro de 2004

Código	Materiais	Outubro 2005	Novembro 2005	Dezembro 2005
M01	Brietas.....	111,5	111,5	111,5
M02	Areias.....	91,9	91,9	91,9
M03	Inertes.....	104,1	104,1	104,1
M04	Ladrilhos de calcário e granito.....	96,5	96,5	96,5
M05	Canárias de calcário e granito.....	107,0	107,0	107,0
M06	Ladr. e cant. de calcário e granito.....	95,7	95,7	95,7
M07	Telhas cerâmicas.....	115,0	114,8	115,0
M08	Tijolos cerâmicos.....	86,7	86,6	86,6
M09	Produtos cerâmicos vermelhos.....	95,1	94,9	94,9
M10	Azulejos e mosaicos.....	106,5	106,4	106,4
M12	Aço em varão e perfilados.....	178,9	177,8	176,5
M13	Chapa de aço macio.....	149,4	148,4	138,6
M14	Rede electrossoldada.....	159,7	158,4	156,4
M15	Chapa de aço galvanizada.....	130,6	129,5	129,5
M16	Fio de cobre nú.....	192,2	194,2	196,9
M17	Fio de cobre revestido.....	159,2	160,9	163,1
M18	Betumes a granel.....	322,8	323,5	316,9
M19	Betumes em tambores.....	335,6	336,1	330,0
M20	Cimento em saco.....	131,7	133,0	126,6
M21	Explosivos.....	125,9	125,9	125,9
M22	Gasóleo.....	224,9	215,0	209,3
M23	Vidro.....	91,0	96,4	96,4
M24	Madeiras de pinho.....	133,2	133,2	133,2
M25	Madeiras especiais ou exóticas.....	131,3	131,3	131,3
M26	Derivados de madeira.....	122,7	122,8	122,8
M27	Aglomerado negro de cortiça.....	171,4	171,4	171,4
M28	Ladrilho de cortiça.....	99,9	99,9	99,9
M29	Tintas para construção civil.....	213,6	213,6	213,6
M30	Tintas para estradas.....	196,3	196,3	196,3
M31	Membrana betuminosa.....	177,7	177,7	177,7
M32	Tubo de PVC.....	113,4	117,3	119,0
M33	Tubo de PVC p/ instalações eléctricas.....	138,8	136,1	143,1
M34	Blocos de betão normal.....	117,6	117,6	117,5
M35	Manilhas de betão.....	133,9	133,9	133,9
M36	Tubagem de fibrocimento.....	150,9	150,9	150,9
M37	Chapa de fibrocimento.....	165,1	165,1	165,1
M39	Caixilharia em alumínio anodizado.....	137,0	137,0	137,0
M40	Caixilharia em alumínio termolacado.....	123,8	123,8	123,8
M41	Pavimentos aligeiros de vigotas pré-esforçadas e blocos cerâmicos.....	119,9	119,6	119,2
M42	Tubagem de aço e aparelhos para canalizações.....	98,4	98,4	98,4
M43	Aço para betão armado.....	140,6	139,5	138,6
M44	Aço para betão pré-esforçado.....	191,6	191,6	191,6
M45	Perfilados pesados e ligeiros.....	133,0	133,5	133,5
M46	Produtos para instalações eléctricas.....	118,8	119,6	120,6
M47	Produtos pré-fabricados de betão.....	98,6	98,6	98,6
M48	Produtos para ajardinamentos.....	110,3	109,5	109,5
M49	Geotêxteis.....	96,2	96,8	97,1
M50	Tubos e Acessórios de Ferro Fundido e Aço.....	126,4	126,4	126,7
M51	Tintas para Construção Metálica.....	103,0	103,0	103,0

QUADRO III

Índice de custos de equipamentos de apoio

Base: Janeiro de 2004

Índice	Outubro 2005	Novembro 2005	Dezembro 2005
Equipamento de apoio	103,3	103,4	103,5

10 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *H. Ponce de Leão*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6230/2006 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 7.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, nos artigos 6.º, n.º 2, e 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delegeo na presidente da comissão instaladora da Casa Pia de Lisboa, I. P., sem prejuízo do poder de orientar o exercício dos poderes delegados e do poder de avoacação, as seguintes competências:

1 — Competências genéricas:

1.1 — Emitir instruções referentes a matérias relativas às atribuições genéricas do respectivo serviço, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;

1.2 — Autorizar a inscrição e participação dos funcionários e agentes em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras actividades semelhantes de reconhecido interesse que se realizem no estrangeiro, as quais, em qualquer caso, devem envolver o número de funcionários e agentes estritamente necessário e ser sempre realizadas sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços;

1.3 — Autorizar as deslocações de funcionários e agentes ao estrangeiro, bem como o respectivo abono de ajudas de custo, antecipadas

ou não, deslocações que, em qualquer caso, devem envolver o número de funcionários e agentes estritamente necessário e ser sempre realizadas sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços;

1.4 — Conceder licenças sem vencimento por um ano e de longa duração, previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 73.º e nos artigos 76.º e 78.º, bem como autorizar o respectivo regresso ao serviço, nos termos do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;

1.5 — Autorizar as deslocações de funcionários e agentes ao estrangeiro previstas em plano aprovado, bem como as não previstas, em relação às quais, pelo menos parcialmente, as despesas de viagem ou as correspondentes ajudas de custo sejam suportadas pela entidade organizadora, ainda que a título de reembolso;

1.6 — Autorizar a acumulação de funções ou cargos públicos nos termos previstos no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro;

1.7 — Autorizar a prestação de trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados prevista no n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, e a prestação de trabalho extraordinário nas circunstâncias excepcionais a que se refere a alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º do mesmo diploma legal;

1.8 — Autorizar o exercício de funções em regime de substituição;

1.9 — Co-aprovar os programas de provas de conhecimento a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

1.10 — Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos que corram pelo respectivo serviço nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo;

1.11 — Determinar a suspensão preventiva de funcionários e agentes arguidos em processos disciplinares, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

1.12 — Autorizar que os processos de inquérito por acidentes de viação possam constituir a fase de instrução do processo disciplinar, nos termos do n.º 4 do artigo 87.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

1.13 — Autorizar a celebração de contratos de tarefa e avença, nos termos do n.º 7 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, em casos excepcionais, devidamente fundamentados, para além do pressuposto legal de que no próprio organismo não existem funcionários ou agentes com as qualificações adequadas ao exercício de funções objecto da tarefa ou avença, de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 17.º do referido diploma.

2 — Em matéria de despesas para o próprio organismo delego na presidente da comissão instaladora da Casa Pia de Lisboa, I. P., ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a competência para:

2.1 — Autorizar as despesas previstas no artigo 17.º do referido diploma, até aos seguintes montantes:

2.1.1 — € 375 000, para a realização de despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços;

2.1.2 — € 750 000, para despesas devidamente discriminadas, incluídas em planos de actividade que sejam objecto de aprovação tutelar;

2.1.3 — € 1 250 000, para despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

2.2 — Autorizar as despesas provenientes de alterações, variantes, revisões de preços e contratos adicionais às empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços ou bens, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, tendo por referência os montantes referidos nos n.ºs 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3;

2.3 — Aprovar a escolha prévia do tipo de procedimento, bem como dispensar a celebração de contrato escrito, nos casos previstos, respectivamente, no n.º 2 do artigo 60.º, no n.º 2 do artigo 79.º e no n.º 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 350 000.

2.4 — Proceder à audiência dos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 41.º e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao montante delegado;

2.5 — Escolher as propostas e proceder às adjudicações, nos termos dos artigos 54.º e 55.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao montante delegado;

2.6 — Aprovar as minutas dos contratos, nos termos do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao montante delegado;

2.7 — Outorgar os contratos escritos, em conformidade com o previsto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao montante delegado;

2.8 — Autorizar previamente as despesas com seguros que seja considerado conveniente fazer, de acordo com a previsão constante do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

3 — De acordo com o n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo as competências referidas no presente despacho e por mim delegadas são conferidas com a faculdade de subdelegação, com excepção das referidas em matéria de autorização de despesas e daquelas em que, nos termos legais, não seja possível essa subdelegação.

4 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos praticados em conformidade com a presente delegação de competências desde 16 de Janeiro de 2006.

1 de Março de 2006. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.

Despacho (extracto) n.º 6231/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P., de 24 de Fevereiro de 2006:

Licenciado José Manuel Bravo Pereira — provido na categoria de inspector superior principal da carreira de inspector superior do quadro de pessoal do IGFSE, aprovado pela Portaria n.º 384/2004, de 16 de Abril, cumpridas as formalidades constantes do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos reportados a 18 de Setembro de 2004, mantendo o cargo de chefe de divisão no ICAM. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Março de 2006. — O Vogal do Conselho Directivo, por delegação, *Ramiro Ribeiro de Almeida*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Despacho n.º 6232/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 24 de Fevereiro de 2006, proferido no exercício de competência delegada pelo conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P.:

Carminda Mendes Lage, técnica de 2.ª classe da carreira técnica do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo — nomeada na categoria de técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior no mesmo quadro de pessoal, precedendo o exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, pelo período legalmente considerando estágio, ficando exonerada do lugar anterior a partir da data de aceitação na nova categoria. (Não carece de fiscalização prévia.)

2 de Março de 2006. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Nogueira de Lemos*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social do Porto

Aviso n.º 3376/2006 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 2006 do Secretário de Estado da Segurança Social, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, foi autorizada a passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração à assistente graduada da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte Maria Manuela Rainha Valente Sá Andrade Ferreira, com efeitos reportados a 1 de Fevereiro de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2006. — O Adjunto do Director, *José Afonso Lobão*.

Centro Nacional de Pensões

Despacho n.º 6233/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 36.º, n.º 2, do CPA e do n.º 5 do despacho n.º 20 828/2003 do director do Centro Nacional de Pensões, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, de 29 de Outubro de 2003, subdelego na chefe da Equipa de Património, Maria Albertina Tomás Albuquerque Cardoso, na chefe da Equipa de Aprovisionamento, Maria Helena Campos Costa, e no chefe da Equipa dos Serviços Gráficos, Luís Serras, os seguintes poderes relativamente ao pessoal afecto às respectivas Equipas:

1.1 — Aprovar o mapa de férias, autorizar o início de férias e o seu gozo interpolado, bem como a sua acumulação parcial por interesse do serviço;

1.2 — Justificar faltas;

1.3 — Assinar correspondência relativa a assuntos correntes dos serviços.